



OS PARTIDOS POLÍTICOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA: ORIGEM E COMPOSIÇÃO SOCIAL

Edyene Moraes dos Santos¹(UFMA/ UNESP /NEMO)
edyene_moraes@hotmail.com

RESUMO

O trabalho proposto tem como finalidade estudar o processo de constituição dos primeiros partidos políticos no Brasil durante a segunda metade do século XIX. É a partir da década de 1840 que tem início o processo de institucionalização dos primeiros partidos políticos, em que uso do termo “partido” deixa de possuir uma conotação pejorativa e passa a designar os grupos políticos constituídos em torno da carreira de político e da instituições do Estado. Dentro desse conjunto, parte da análise se concentrará também em caracterizar as origens sociais desses novos políticos de carreira.

PALAVRAS-CHAVE: partidos, Império, historiografia

1. INTRODUÇÃO:

Os estudos sobre os partidos políticos no Brasil representam um desafio a qualquer pesquisador que se aventure por essa proposta. Especialmente no que se refere aos estudos sobre as associações partidárias no século XIX. Em primeiro plano porque, dentre outras questões, esbarra-se numa produção se não insuficiente, muito pouco expressiva. O que difere significativamente dos estudos sobre o mesmo tema no período republicano no Brasil, melhor situado em termos numéricos. É possível considerar que a dificuldade em se associar os grupos partidários forjados durante o percurso do século XX com as organizações políticas em construção nos Oitocentos seja um impasse

¹ Professora Assistente do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, Campus VII - Codó; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP - Campus Assis. Membro do grupo de estudos Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



importante que dificulte as pesquisas sobre o tema no século XIX, dentre outras coisas. Nessa tentativa de associação o anacronismo é quase inevitável e por isso se faz necessário considerar as especificidades da configuração dos grupos políticos gestados nos Oitocentos em relação ao modelo partidário que se configurou desde a segunda metade do século XX e do atual. Em segundo plano porque, a produção historiográfica pouco se ocupou dessas reflexões, durante um tempo considerável legando a função à outras áreas do conhecimento. Em artigo na obra “Por uma História Política”, de René Remond (2003), Serge Bernstein, deixa no ar a constatação de que foram os cientistas políticos e não os historiadores “que mudaram as perspectivas de abordagem e a natureza do questionamento sobre os partidos políticos enquanto organizações” (2003, p. 60). Bernstein, por sua vez, fala de um contexto europeu. Nildo Viana (2003), no Brasil, concorda. Um rápido levantamento sobre a produção a respeito dessa temática no país leva a se constatar que “partidos políticos” é um assunto de juristas e uma preocupação do Direito, além do já mencionados cientistas políticos. Não que a História os negligenciem de todo. Porém a produção sobre a temática carece ainda de maior impulso. Lamounier e Kinzo (1981) são sistemáticos em elencar o lugar dos estudos sobre partidos na historiografia brasileira ao enfatizar que “tratando-se de um campo de estudos com pouca tradição no Brasil, não dispomos ainda de análises exaustivas e metodologicamente padronizadas dos dados existentes” (LAMOUNIER; KINZO, 1981, p. 301). Essa reflexão se aplica especialmente para as análises sobre associações políticas do século XIX, cuja incidência de pesquisas é ainda numericamente inferior se comparadas aos trabalhos sobre partidos do século XX em diante. O levantamento, padronização e análise desses dados disponíveis na imprensa e documentos oficiais do período mostra-se um desafio significativo, não só em termos metodológicos, mas pela insipiência de instrumentos teóricos que deem conta da realidade política do Brasil do século XIX.

Sobre a produção historiográfica a respeito do tema na obra “Os Partidos Políticos no Brasil”, sob organização de David V. Fleischer (1981), a ênfase recai na análise das organizações partidárias do país principalmente no período republicano. No texto introdutório da obra, Fleischer enfatiza que as primeiras produções sobre partidos políticos no Brasil foram relativas aos partidos no século XIX e que essa produção foi



decaindo ao longo do tempo, cedendo espaço às pesquisas sobre os grupos republicanos. Uma das primeiras produções sobre o tema foi “Os Programas dos Partidos e o Segundo Império”, de Américo Brasiliense, em edição de 1878. Algumas, como, por exemplo, a obra de Edgar Leite Ferreira Neto, “História dos Partidos Políticos no Brasil” (1989) recobre de forma breve o estudo do nascimento das organizações políticas da Independência até depois do regime militar, assim como o livro “Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros”, de Rodrigo de Patto Sá Mota (1999). A mesma caracterização é encontrada na obra “História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil” (1980), de Afonso Arinos de Melo Franco, em que em geral não se privilegia uma época específica para a análise aprofundada do tema.

Uma das nuances do estudo sobre esse grupo está na sua definição, ou melhor, na variedade de conceitos que cercam o tema, especialmente se for levado em consideração que no século XIX este ainda é um tipo de organização em gestação. Assim como também o próprio sentido da palavra “partido” foi ganhando contornos e sendo resignificado ao longo do século em questão, na mesma medida em que o Estado brasileiro foi sendo construído e que os grupos sociais envolvidos nesses processos iam galgando novos espaços institucionais. Há ainda a constatação por partes de alguns pesquisadores, os quais não consideram que durante o império tenha havia organizações do tipo partidário. Essa afirmação é duramente refutada por Rodrigo Patto Sá Motta, no livro “Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros” (1999). Motta afirma que estes embora possuam características destoantes do tipo de organização encontrada no século XX, os partidos do século XIX eram o retrato do seu tempo, assim como auxiliaram a moldar as instituições que ajudaram a construir o projeto nacional. Associar esses grupos à participação democrática e à opinião pública², como foi feito ao longo do século XX e tem sido no século corrente, é cair na armadilha mais uma vez do

² No Dicionário de Política (1998), Norberto Bobbio define o conceito de “opinião pública” como: “A Opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como “opinião”, é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto “pública”, isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia. A Opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser doxa e não episteme; mas, na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada.” (BOBBIO, 1998, p.842).



anacronismo. A concepção de democracia assim como de opinião pública eram bastante específicos aos contextos políticos do século XIX e embora fossem discussões correntes na imprensa e discursos políticos do período, jamais devem ser tomados considerando os delineamentos teóricos que lhes foram adquirindo ao longo do século XX em diante.

2. UMA BREVE REFLEXÃO TEÓRICA

O termo “partido” passou por reformulações e ressignificações ao longo do século XIX, embalado pelas mudanças gradativas na cultura política local e motivadas principalmente pelas influências da política europeia. De sentido pejorativo na primeira metade dos Oitocentos, associado, junto ao termo “facções” ao que de pior se produzia na sociedade em termos de política, o termo “partidos” passa a ganhar novo fôlego e aceitação durante o Segundo Reinado (CHACON, 1998). Nesse contexto, a expressão “partidos políticos” passa a designar todo um conjunto político responsável não apenas pela montagem institucional, representação provincial, mas também pela construção de um novo Estado Nacional. São essas organizações que darão sentido ao processo de modernização do Estado brasileiro (ou pelo menos a aparência de modernização), baseado no modelo político do Liberalismo. Nesse quesito, Rodrigo Patto Sá Motta enuncia:

Nas primeiras décadas de funcionamento do sistema representativo a existência de partidos não era bem vista. Havia preconceito contra os grupos organizados, pois se acreditava que eles poderiam partir, fragmentar o corpo político (...). O pensamento ortodoxo à época entendia que a ação política deveria se pautar pela busca do bem comum e a ideia de grupos de partidários disputando aguerridamente o poder lhes parecia nociva ao Estado. A liberdade era concebida mais como um bem a ser fruído individualmente que como um apanágio coletivo. (MOTTA, 1999, p.15-16)

Nesse sentido, é preciso refletir no conceito de “partido político”, não no sentido de encaixá-lo mecanicamente no contexto acima apresentado, mas de buscar uma definição mais próxima possível, respeitando as especificidades do século XIX. Desse modo, pode-se partir do conceito mais simples, elencado dentro da perspectiva do



historiador, cunhado por Serge Bernstein, que considera partido como “o lugar onde se opera a mediação política” (2003, p. 60).

Por sua vez, Edgard Leite Ferreira Neto, em “Os Partidos Políticos no Brasil” (1988), assegura que:

“Os partidos aparentemente agregam em torno de si indivíduos ou grupos sintonizados com um mesmo programa, uma perspectiva comum de ação, uma corrente específica de opinião. Os partidos se apresentam, assim, como canais das mais diversas posições defendidas pelos membros da sociedade, que disputam o predomínio de suas opiniões sobre as do restante do corpo social” (FERREIRA NETO, 1988, p.11).

Considerando, pois, a relevância limitada da opinião pública para a própria existência e natureza dos partidos nos Oitocentos, deve-se considerar dentro dessa conceituação de Ferreira Neto que os “membros da sociedade” sejam um grupo restrito. Por outro lado, não é objetivo aqui forçar o encaixe do conceito ao contexto, mas apenas levantar possíveis incoerências e evitar o já mencionado anacronismo.

No “Dicionário de Política”, Norberto Bobbio (1998), busca em Weber a definição mais direta associada ao poder, pois “segundo a famosa definição de Weber, o partido político ‘é uma associação... que visa um fim deliberado’” (p. 898). Bobbio prossegue:

“Esta definição põe em relevo o caráter associativo do partido, a natureza de sua ação essencialmente voltada à conquista do poder político dentro de uma comunidade, e a multiplicidade de estímulos e motivações que levam a uma ação política associada, concretamente à consecução de fins objetivos e/ou ‘pessoais’.” (BOBBIO, 1998, p.899).

Bobbio enfatiza a existência desses agrupamentos associados ao poder, posição teórica corroborada por Rodrigo Patto Sá Motta, quando simplifica o debate e define que “essencialmente, os partidos são agrupamentos de pessoas que almejam o poder. Elas se organizam em um partido com o fim de conquistar e conservar o poder, ou seja, o governo de um determinado Estado ou nação” (MOTTA, 1999, p.10).



3. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO:

Assim como as definições sobre natureza dos grupos partidários, há também uma certa incerteza sobre a origem social dos integrantes dos partidos. No Brasil imperial, cuja formação social foi sensivelmente heterogênea, não experimentou na composição de seus grupos políticos a mesma variedade de origens sociais. Primeiro porque o campo da política, uma vez associada ao poder, é extremamente restritiva em especial na conjuntura do Brasil imperial: uma nação nova, com o desejo de experimentar a modernidade liberal, porém com ares conservadores. O “lugar da mediação política” também é lugar reservado apenas aos “bem nascidos”.

Pós-1831, com o regresso de D. Pedro I para Portugal e o vácuo de poder que se estabeleceu na transição do primeiro para o segundo reinado, os grupos de influência que gravitavam em torno do processo de formação do Estado Nacional, requerendo participação nas instâncias burocráticas, passam a oficializar suas ações. Uma das formas de oficialização fora justamente a mudança do status pejorativo dos partidos para o nascimento de grupos partidários agora com um importante papel na construção da segunda fase imperial brasileira. Desse contexto nascem os políticos de carreira, institucionaliza-se a profissão de político, começa-se a forjar as identidades dos primeiros partidos, esboçam-se os primeiros programas partidários (REIS, 1992; CARVALHO, 2003).

De acordo com José Murilo de Carvalho em “A Construção da Ordem”, a composição social dos partidos políticos pós-década de 1830 é bastante difícil de ser esquematizada. Os dois dos mais expressivos e importantes partidos do período, o Liberal e o Conservador receberam em seu quadro de filiados tanto profissionais liberais como aristocracia rural; tanto burocratas, quanto intelectuais. A única regra de incursão nas fileiras partidárias era que para ser filiado a um partido e, posteriormente, concorrer a uma eleição, era necessário que o interessado possuísse, obrigatoriamente, renda anual mínima de 200.000 mil réis. Isso significa dizer, de forma bastante direta, que o acesso



aos partidos, assim como uma candidatura eleitoral e, conseqüentemente um cargo político era vedado às classes menos favorecidas.

Os partidos Conservador e Liberal atuaram quase que com exclusividade até a década de 1870, quando então aparecem no cenário nacional os partidos republicano e progressista e outros agrupamentos menos expressivos. E mesmo considerando a influência dos dois principais partidos no cenário político do Segundo Reinado e na arregimentação dos partidos políticos no período, deve-se considerar que o trinômio/conceitos “democracia representativa”, “regime eleitoral” e “opinião pública” não são sinônimos/práticas que definissem e delimitassem a atuação dos grupos políticos do XIX (CHACON, 1998). Com ênfase: os partidos em questão não eram associações representativas dos anseios e projeções da opinião pública, embora com ela dialogasse por meio da imprensa. Assim, por isso mesmo, uma vez não sendo um espelho da opinião pública, conseqüentemente não eram símbolos do exercício democrático ou de uma democracia representativa (como nos moldes do século XX e atual), o que recai também na questão das eleições, manipuladas, restritas e acessíveis a quem fosse de conveniência dos grupos envolvidos. Essa definição vai de encontro ao modo como em geral são definidos os papéis dos partidos atualmente, hoje símbolos da democracia, via pela qual o povo tem a oportunidade de participar das decisões políticas, embora nem sempre nos dias atuais a teoria corresponda a prática.

Não se pode associar também essas grupamentos do XIX aos chamados “partidos de massa”³, em geral nascidos das aspirações sociais das massas de trabalhadores do início do século XX. Partidos políticos constituídos como tal ao longo dos Oitocentos, são, impreterivelmente, grupos representantes das vontades e projetos das elites locais, regionais e nacionais⁴ (sejam elas econômicas, políticas, culturais ou

³ Barraclough associa o nascimento dos partidos políticos à explosão da consciência do povo enquanto massa política. Para ele, “(...) os partidos nasceram quando a massa da população começou a exercer um papel ativo na vida política” (BARRACLOUGH, 1966, p.125)

⁴ Sobre as elites do século XIX e sua contribuição para a consolidação do Estado Nacional, Miriam D Dolhnikoff assegura que “(...) a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”. (DOLHNIKOFF, 2003, p.432). A respeito da teoria das elites, considere-se a análise feita por Norberto Bobbio (1998): “Por teoria das Elites ou elitista (...) se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em



sociais). A massa, o povo, a maioria não abastada da população imperial não fazem parte das demandas práticas ou da razão de existir dos partidos políticos desse período.

Ainda considerando a análise sobre a proeminência dos partidos Liberal e Conservador, Raymundo Faoro (2001) oferece uma visão a respeito do contexto político-administrativo do Segundo Reinado. De acordo com o autor:

O Segundo Reinado, visto na distância de um século, oferece uma visão harmônica e elegante, enganadoramente monumental no quadro estilizado. A história política se resumiria, a partir de 1836, na luta dos dois grandes partidos, o liberal e o conservador, separados e identificáveis por um ideário próprio. A Câmara dos Deputados, que ganhara, na Regência, a dignidade de uma convenção permanente, estaria no centro do quadro, movida pelo sistema parlamentar em busca de plenitude e expressão. Na verdade, antes do ministério de conciliação (1853-57), os partidos têm, embora dificilmente discernível quando governam, uma linha particular, inconfundível. (FAORO, 2001, p. 402)

A “visão harmônica e elegante”, embora “enganadoramente monumental” não apenas do quadro político do Segundo Reinado, mas também da composição e práticas dos partidos políticos reflete na análise de Raymundo Faoro as especificidades dos dois mais importantes partidos entre si e mais ainda a singularidade do jogo político desses grupos em cada contexto específico nas províncias. Cada província possuía suas especificidades na vivência das estratégias políticas, nas origens dos partidos, na composição social de seus filiados e origem econômica de seus membros. Um quadro geral que englobe características comuns a esses grupos e que os identifique como grupos coesos ou homogêneos não é possível na história política do império brasileiro. Os partidos nascidos dos contextos provinciais (considerando também a escala local e regional de análise) são únicos em suas práticas, mesmo considerando certas aproximações.

contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância”. (BOBBIO, 1998, p. 385)



Assim, respeitando as especificidades e levando em conta as aproximações, no século XIX e em especial na segunda metade em diante, os partidos exercem um importante papel no processo de burocratização do Estado Nacional. É importante ainda salientar que o mesmo processo de “personalização” comum nas decisões partidárias também eram visíveis nas esferas institucionais e burocráticas, onde as questões de Estado eram tratadas dentro de normas particularistas e os interesses individuais e clientelísticos se sobrepunham aos coletivos. Nesse aspecto, Sergio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” (1995) destaca as influências familiares, berço também de alguns dos partidos políticos dos Oitocentos, especialmente em algumas capitais do Nordeste. A composição e origens dos partidos políticos não fora diferente. A imagem do político de carreira comprometido com a burocracia, dos partidos portadores do discurso para o bem comum pode ser considerada, a priori, uma falácia no jogo dos interesses em disputa na segunda metade dos Oitocentos. Assim, para Sérgio Buarque de Holanda:

“No Brasil pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em ambientes em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade, fornecendo o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas”. (HOLANDA, 1995, p.146)

Partindo dessa premissa, o uso da máquina estatal e de suas vias burocráticas configurou parte importante das atividades dos partidos. O acesso aos setores burocráticos se dava via eleições, por meio de indicações ou pelo parentesco (e apadrinhamentos). Assim, pode-se dizer que o patrimonialismo apadrinhou o Estado Nacional, trazendo para dentro de suas instituições as demandas particulares de seus componentes. Para os partidos isso significava que, na maioria dos casos, nem sempre o bem comum ou as necessidades locais, regionais ou nacionais se sobrepunham em



termos de importância aos imediatismos particulares. As pautas coletivas em muitos casos acabavam ficando em segundo plano.

É também dentro desse aspecto dos particularismos que as paixões políticas e fidelidade partidária podem ser questionadas. Mudança de um partido para o outro, saídas de componentes para fundar outros partidos e mudanças de direcionamento ideológico eram pautas comuns a esses grupos políticos. Espécie de palanque do período, a imprensa da época registrava os embates não só entre os grupos de ideologias opostas, mas também as disputas de âmbito interno (e por vezes pessoais) entre os filiados partidários, especialmente entre os partidos Liberal e Conservador. Partidos políticos de vida efêmera, geralmente formados a partir da aglutinação de membros desgarrados das agremiações políticas existentes também eram comuns no contexto.

Um outro fator que revela as marcantes especificidades dos partidos do XIX são os programas partidários. Em 1878, Américo Brasiliense registra em sua obra “Os Programas dos Partidos e o Segundo Império” o processo de montagem desses programas partidários, dividindo sua análise de acordo com o surgimento e perspectivas ideológicas de cada grupo político. Cabe ressaltar a influência premente da base conceitual partidária das filiações políticas francesas na política nacional. Há, portanto, uma espécie de adaptação da experiência partidária europeia às condições e experiências políticas nacionais.

Em sua obra, Américo Brasiliense enumera os seguintes partidos que na ocasião possuíam programas (ou alguma plataforma doutrinária aproximada), dividindo-os por períodos: Partido Liberal (1831), Partido Conservador (1837), Partido Progressista (1862), Partido Liberal-Radical (1868), Partido Liberal (1869), Partido Republicano (1870). Provavelmente a presença de dois capítulos dedicados ao programa do Partido Liberal em períodos diferentes seja pela mudança de diretrizes que o partido sofrera ao longo das décadas. Parte desses programas foram recuperados a partir da pesquisa do autor em documentos oficiais e também das discussões resultantes da reforma da Carta Constitucional em 1831. O autor apresenta ainda um histórico do nascimento dos partidos, permeada pelo posicionamento de seus principais representantes quanto às mudanças sugeridas pelos partidos para a Carta Constitucional então em vigor.



É importante ressaltar que as formas de enunciação de suas plataformas políticas e projetos via programas variavam de grupo para grupo e determinadas práticas apontavam para tentativa de organização de um sistema partidário, baseados nos princípios que cada um deveria (ou pretendia) defender. Passados as motivações dos partidos pós- abdicação de D. Pedro I, estabeleceu-se o momento em que esses partidos passam a se organizar em torno das necessidades demandadas pela (re)construção do projeto de Estado Nacional após o conturbado período das Regências.

Esses grupos nascidos ou reerguidos pós-1831 precisavam de um direcionamento teórico. Assim, foram comuns as traduções das obras a respeito dos programas partidários como o do jurista francês Edouard de Laboulaye, intitulado “O Partido Liberal – seu programa e futuro”, traduzido em 1868 pelo jornalista Antônio Rego e funcionava como uma espécie de guia para as lideranças do Partido Liberal nas províncias. A imprensa possuía também importante papel na divulgação desses programas, às vezes funcionando como único meio pelo qual os partidos comunicavam ao público em geral suas diretrizes. Partidos em geral possuíam seus próprios jornais, que funcionavam como plataformas políticas, meio de ataque aos adversários, discussão da conjuntura local e/ou nacional e divulgação dos programas e formas de participação dos partidos.

O que hoje é conhecido como “programa doutrinário dos partidos”, cuja estrutura é composta por uma série de princípios básicos, votadas e aprovadas pelos filiados faz parte de um conjunto documental maior que inclui o Estatuto, o Programa e o Código de Ética do partido. Nos Oitocentos a estrutura dos programas possuía um desenho bem mais simples e serviam a um propósito prático, demarcado pelas necessidades prementes do contexto. Nesse quesito, não é possível comparar afim de encontrar aproximações entre os programas partidários da atualidade com os “guias políticos” do século XIX. Em geral, no período do Segundo Reinado, prevalecia a inspiração e a cópia nos modelos de programas partidários das organizações políticas inglesas e francesas.

Embora funcionassem dentro de diretrizes e ideologias totalmente diferentes dos modelos partidários que passaram a atuar no Brasil a partir do advento da República e



foram acentuando sua participação na vida política do país ao longo do século XX, a gênese dessas organizações se encontra na tentativa de institucionalização das instâncias burocráticas nacionais no século XIX. Os partidos políticos tiveram participação ativa no Segundo Reinado, contribuíram para o processo de construção do Estado-Nação em andamento e ajudaram a fortalecer as instituições nacionais e a delimitar o papel de cada uma em face das demandas locais, regionais e nacionais. Alguns aspectos sobre a atuação e motivações desses partidos ainda são nebulosos. O que há sobre os mesmos na historiografia ainda é insuficiente para compreendê-los ao menos em parte. Cabe às novas pesquisas tentar desvendá-los.

REFERÊNCIAS

- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In.: RÉMON, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHACON, Valmireh. *História dos Partidos Políticos Brasileiros e práxis dos seus programas*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCÓS, István. (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijú; Fapesp, 2003, p.432.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 2001.



FERREIRA NETO, Edgar Leite. *História dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988.

FLEISCHER, David V. *Os Partidos Políticos no Brasil* (vol. I). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.(p. 301-321)

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Alfa Ômega, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LABOULAYE, Eduardo de. *O Partido Liberal – seu programa e futuro*. 2ª ed. São Luís: Typographia B. de Mattos, 1869.

LAMOUNIER, Bolivar; KINZO, Maria D. Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral. In: *Os Partidos Políticos no Brasil* (vol. I). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.(p. 301-321)

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

REIS, Flávio. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: Unigraf, 2007.

VIANA, Nildo. *O que são Partidos Políticos?* Goiânia: Germinal, 2003.